

Julia Aleksandra Martucci Kumpera

“O LESBIANISMO É UM BARATO”:
o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil
(1979-1990)



entre **g**êneros

intermeios

1. LÉSBICAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

“Nós somos o único agrupamento que não precisa do falo para a gente ser o que é. A gente está afrontando toda uma sociedade falocrática.”
(Rosângela Castro)

“Essa rebelião é um negócio perigoso no patriarcado”, disse Cheryl Clarke sobre ser uma lésbica em uma sociedade misógina, racista e capitalista como a dos EUA durante o governo Reagan.³⁵ O mesmo vale para o Brasil, país onde os índices de lesbocídio, isto é, a “morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica”³⁶, aumentaram nos últimos anos, de acordo com os dados apresentados pelo inédito *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil*. As trajetórias de vida de lésbicas brasileiras têm sido historicamente marcadas por diferentes formas de violência que perpassam tanto práticas discursivas injuriosas e depreciativas quanto estupros corretivos, processos de medicalização e exclusão social e simbólica.

Neste sentido, violência e invisibilidade parecem constituir dois eixos que atravessam a condição lésbica, entendida como um “conjunto complexo de implicações sociais que giram em torno da figura da lésbica, ou seja, conceitos positivos e também preconceitos que compõem uma noção do que é ser lésbica em determinada sociedade”.³⁷ Os sistemas de dominação, como o gênero, a raça e a classe, se imbricam³⁸ na produção de estigmas³⁹ e na marginalização das lésbicas como grupo social, diferentemente a partir de seus marcadores sociais e em intrincada relação com o tempo e espaço. O apagamento dessas opressões promove sua invisibilização na

³⁵ CLARKE, Cheryl. Lesbianismo: un acto de resistencia. In: MORAGA, Cherríe; CASTILLO, Ana. **Esta puente, mi espalda**: voces de mujeres tercermundistas en Estados Unidos. Tradução de Ana Castillo e Norma Alarcón. São Francisco: Ism Press, 1988, p. 99.

³⁶ PERES, Milena; SOARES, Suane; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 a 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018, p. 18.

³⁷ Idem, p. 19.

³⁸ O conceito de imbricação dos sistemas de dominação postula que são indissociáveis as opressões de gênero, raça, classe e sexualidade. Cf. CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.) **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 120-139.

³⁹ Utilizo o termo estigma no sentido proposto por E. Goffman, como fonte de metáfora e representação que marcam uma divisão no imaginário social sobre normalidade e anormalidade e que exercem pressão para que os sujeitos cumpram as normas sociais impostas. O estigma constitui-se como violência simbólica que produz exclusão social, vergonha e medo nos sujeitos estigmatizados. É constantemente reforçado à medida que se lhe atribuem características visíveis, reduzindo os sujeitos a atributos depreciativos. Cf. GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

memória social e, assim, legítima no presente práticas sistemáticas de violência que passam despercebidas no tecido social e nos órgãos e instituições públicas no país.

Compreender como se estrutura a lesbofobia⁴⁰ e as expressões de ódio contra as lésbicas em suas diversas expressões culturais, sociais, políticas e institucionais requer localizá-las em seu contexto histórico. Se as violências contra as lésbicas estão inseridas em processos históricos de longa duração, identificar as especificidades de cada período contribui para o entendimento das continuidades e transformações dessas violências, particularmente dos mecanismos por meio dos quais opera a lesbofobia.

Nesta direção, proponho compreender historicamente as conexões entre as políticas autoritárias do regime militar, a perseguição contra lésbicas no período e a produção de estigmas sobre o lesbianismo. Utilizo o termo lesbianismo, sem aspas, em referência à nomenclatura utilizada nas fontes primárias desta pesquisa, o boletim *ChanacomChana*. Trata-se da expressão utilizada pelas ativistas lésbicas naquele momento quando nomeavam suas experiências. O termo, portanto, alude à formulação de uma proposta política e possibilidade de existência pelas lésbicas feministas nos anos 1970-1980, isto é, como uma perspectiva teórico-política, também nomeada como *lesbianismo feminista* ou *feminismo lésbico*.⁴¹ Quando me refiro à acepção patologizante da lesbianidade, escrevo o termo entre aspas – “lesbianismo” – a fim de sinalizar seu uso por médicos, psiquiatras, autoridades governamentais e agentes da ditadura civil-militar, com significados pejorativos. Em outras ocasiões, ao realizar reflexões sobre as existências lésbicas mais amplas, para escopo temporal deste trabalho, utilizo o termo lesbianidade.

A antropóloga e feminista decolonial Ochy Curiel, em *La nación heterosexual*, analisa como a construção do projeto nacional alinha-se a valores, normas e instituições sociais que naturalizam e reforçam a heterossexualidade nos planos simbólico e material.⁴² Inspirada nas contribuições das feministas materialistas francesas⁴³, Curiel propõe o conceito de “nação

⁴⁰ Em linhas gerais, a lesbofobia se refere a preconceitos, estigmas, violências simbólicas e materiais contra lésbicas como indivíduo e grupo social. Para uma definição do termo, cf. BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (orgs.). *Homofobia & educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2009, p. 22-23.

⁴¹ CURIEL, Ochy. “El lesbianismo feminista: una propuesta política transformadora”. *La haine* [online], 16 jun. 2017. Disponível em: https://www.lahaine.org/mm_ss_est_esp.php/el_lesbianismo_feminista_una_propuesta_p. Acesso em: 15 set. 2020; FALQUET, Jules. *De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas*. Bogotá: Brecha Lésbica, 2006.

⁴² CURIEL, Ochy. *La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Brecha lésbica y en la frontera, 2013.

⁴³ Sobre o pensamento das feministas materialistas francesas, ver ABREU, Maira. *Politizando a anatomia: antinaturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980)*. 2016. 316 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

heterossexual” para evidenciar que o regime político da heterossexualidade – termo que toma emprestado das reflexões de Monique Wittig e Adrienne Rich⁴⁴ – estrutura a linguagem, as normativas jurídicas e os projetos políticos de nação. A autora mostra como a heterossexualidade está conectada com o campo político, isto é, como ela se plasma no Estado, nas suas instituições e no próprio ideal de nação por meio de noções como família nuclear burguesa, homem e mulher, parentesco etc.⁴⁵

Este conceito será particularmente útil para o objetivo proposto neste capítulo: historicizar a violência perpetrada contra lésbicas durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Ao analisar as políticas autoritárias do regime, a censura, a violência policial, entre outros, pretendemos evidenciar a empreitada profundamente conservadora, moralizante e saneadora empreendida pelos militares.⁴⁶ Para além da suposta necessidade de combater o comunismo e do imperativo da “ordem e progresso”, as políticas ditatoriais orientaram a construção de um ideal de nação no qual os sujeitos “que não estavam incluídos no modelo heteropatriarcal defendido pelo Estado eram alvo de perseguição e suas práticas, repreendidas”⁴⁷. Assim, o termo “nação heterossexual” permite vislumbrar os investimentos dos militares e seus agentes na idealização e implementação de seu projeto de poder.

Sob o jugo do autoritarismo, sobretudo a partir do final dos anos 1970, movimentos sociais, partidos de esquerda, sindicatos e organizações de direitos humanos buscavam fazer frente à censura, à repressão e ao medo instalados no país desde 1964. Foi nesse contexto, de transição para a democracia, que surgiu o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) na cidade de São Paulo, em 1981.⁴⁸ Algumas medidas tomadas durante o governo Figueiredo, como a

⁴⁴ Ambas as autoras retiram a heterossexualidade do campo da orientação sexual, mostrando que esta é imposta às mulheres pela força (violência simbólica, física e material) e por um sólido controle ideológico e político, a partir de diferentes dispositivos e instituições, como a maternidade obrigatória, a pornografia, o casamento etc. No segundo capítulo, analiso mais detidamente as proposições destas autoras.

⁴⁵ Ochy Curiel propôs o conceito de “nação heterossexual” em sua análise da Constituição da Colômbia de 1991. Na obra, a autora analisa como as categoriais sociais que fundamentam o texto constitucional tem como base uma perspectiva heterossexual da nação. Curiel examina os sentidos políticos e normas sociais mobilizadas por categorias como “homem”, “mulher”, “povo”, “família” e “parentesco”. Assim ela argumenta que “la nación y su construcción imaginaria tienen como base fundamental el régimen de la heterosexualidad, a través de la ideología de la diferencia sexual, y ésta, a su vez, en las instituciones como la familia, al parentesco, a la nacionalidad, todo ello expresado en los pactos sociales que son reflejados en un texto normativo como la Constitución”. Cf. CURIEL, 2003, *Op. Cit.*, p. 56.

⁴⁶ FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.” **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 29-60. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2020.

⁴⁷ IRE, Binah; SILVA, Camila Daiane; LENZI, Maria Helena. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob Estado de exceção. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair (orgs.). **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019, p. 195.

⁴⁸ A trajetória do GALF é tema do segundo capítulo.

assinatura da Lei de Anistia⁴⁹, sinalizavam a possibilidade de abertura política. Sendo assim, essas mulheres viveram suas infâncias e juventudes sob o autoritarismo e a violência do regime. Portanto, compreender as formas pelas quais as lésbicas foram afetadas pelos discursos violentos e as práticas repressivas de agentes civis e militares da ditadura constitui o segundo objetivo deste capítulo.

Para isso, realizamos entrevistas orais com lésbicas que participaram diretamente do LF e GALF, foram leitoras do *ChanacomChana* ou estiveram em contato com os debates suscitados pelos grupos. Em suma, mulheres que eram ativistas ou se aproximaram do ativismo lésbico a partir da década de 1980. Suas narrativas, tomadas neste trabalho como referentes coletivos⁵⁰, aludem a estigmas, preconceitos, conflitos e dores, ecoando as vivências de muitas lésbicas que sofreram os impactos da ditadura e, cada uma à sua maneira, resistiram.

Para compreender a história do GALF, é necessário entender como a ditadura civil-militar brasileira constituía narrativas ou reiterava violências sobre as lésbicas, que afetavam diretamente as militantes. Assim, neste capítulo, iremos analisar os discursos e as práticas repressivas do regime e sua relação com o “lesbianismo”, cruzando fontes militares, jurídicas e médicas às narrativas de nossas colaboradoras. Como afirma Norma Mogrovejo, a história do movimento lésbico na América Latina está profundamente conectada à história política da região e, conseqüentemente, às ditaduras militares que assolaram os países na segunda metade do século XX.⁵¹

Vale ressaltar que as ativistas lésbicas não escaparam à vigilância dos órgãos de segurança, como indica o relatório de setembro de 1980 do Departamento de Polícia Federal de São Paulo a respeito de um ciclo de debates sobre movimentos sociais:

As seguintes entidades de homossexuais estariam integradas aos movimentos de subversão, portanto ligadas às diversas organizações clandestinas atuantes no País: BANDO DE CÁ/Niterói; GOLS/ABC- Grupo Opção À Liberdade Sexual; GATHO - Grupo de Atuação Homossexual/PE; NÓS TAMBÉM/PB; AUÊ/Recife; Grupo GAY DA BAHIA; TERCEIRO ATO/BH; BEIJO LIVRE/ Brasília; SOHOS/RJ; AUÊ/RJ; SOMOS/Sorocaba/SP; LIBERTOS/ Guarulhos/SP; **GRUPO LÉSBICA-FEMINISTA/SP** (sic); EROS/SP; SOMOS/SP; FRAÇÃO HOMOSSEXUAL DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA/SP; GRUPO OUTRA COISA/SP; GRUPO FEMINISTA “COSTELA DE ADÃO”/Porto Alegre/RS. A propensão dessas entidades seria para a linha trotskista da CS e para o ANARQUISMO, visto que este

⁴⁹ Após ampla mobilização, o general João Batista Figueiredo aprovou, em 1979, a Lei de Anistia (Lei nº 6.683), anistiando os presos políticos do regime, bem como torturadores e agentes da repressão.

⁵⁰ Parto das formulações de Maurice Halbwachs, para quem as memórias individuais também são coletivas e seu substrato são as experiências mais amplas do grupo social ao qual os sujeitos pertencem. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, p. 45.

⁵¹ MOGROVEJO, Norma. **Un amor que se atrevió a decir su nombre**: la lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina. Ciudad de México: Plaza y Valdés, 2000, p. 63.

último defende a participação dos homossexuais em sua pretensa sociedade libertária.⁵²

O capítulo está estruturado em três seções. Na primeira, analisamos como o pensamento militar, durante os anos 1970, mobilizou noções que atrelavam subversão política, moral e sexual. A partir do exame de teorias médicas a respeito do “lesbianismo”, refletimos sobre a medicalização e internação compulsória de lésbicas no período, considerando que historicamente a instituição médica é acionada para reforçar o controle social promovido por regimes autoritários. Em seguida, nos deslocamos para o espaço público, a fim de compreender a associação entre “lesbianismo”, marginalidade e crime. Neste momento, examinamos o fenômeno da violência policial contra lésbicas. Finalmente, nos debruçamos sobre a censura de diversões públicas, particularmente das músicas que mobilizavam certos estigmas sobre o lesbianismo. A partir disso, propomos uma reflexão sobre as relações entre censura, interdição da linguagem e apagamento lésbico.

1.1 O “lesbianismo” entre a clínica e o quartel

A ditadura que se instaurou com o golpe de 1964 durou mais de duas décadas. Logo nos primeiros anos, os militares empenharam-se na montagem de um complexo sistema de espionagem e repressão, cujo esquema persecutório se fundamentava no objetivo de eliminar o inimigo interno, identificado como o subversivo interessado em implantar o comunismo e destruir os valores morais do “ocidente cristão”.⁵³ Os Atos Institucionais (AI), utilizados como mecanismos de legitimação dos desmandos do novo governo, começaram a ser editados ainda em 1964 – o AI-1 foi assinado poucos dias depois do golpe.⁵⁴ O Congresso Nacional, por sua vez, foi fechado em 1966 e a Lei de Segurança Nacional, que fincou as bases jurídicas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁵⁵, foi promulgada no ano seguinte.

⁵² Arquivo Nacional (acervo digital), Fundo Serviço Nacional de Informações, RPI Nº24/09-80-SI/DPF/SP, novembro de 1980, fl. 46, código BR_DFANBSB_ZD_0_0_0046A_0001_d0004, grifos nossos.

⁵³ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 37.

⁵⁴ Os Atos Institucionais (AI) foram normativas constitucionais expedidas pelos governos militares entre 1964 e 1969 – no total, foram decretados 17 atos. Além de conferirem alto grau de centralização política, instituíram o fim das liberdades civis e promoveram a censura e a perseguição a dissidentes políticos. Ver o verbete “Atos Institucionais” do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>. Acesso em: 10 nov. 2020.

⁵⁵ O surgimento da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) relaciona-se com geopolítica da Guerra Fria. Formulada originalmente pelos Estados Unidos, foi implantada no Brasil pelos militares brasileiros que frequentavam os círculos militares estadunidenses. De volta ao Brasil, articulados em torno da Escola Superior de

Ainda em 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), o principal órgão da comunidade de informações, termo que designa as diversas instituições – civis, militares e mistas – que integraram uma ampla estrutura de controle social durante a ditadura. Tais mecanismos, ao realizarem investigações e emitirem relatórios e pareceres que circulavam entre os órgãos do aparato repressivo, propagaram discursos que tiveram a finalidade de influenciar o posicionamento dos demais escalões do governo militar. Este aspecto permite dimensionar a importância de sua atuação num contexto de restrição das liberdades civis.⁵⁶ As fontes escritas analisadas nesta seção, datadas entre 1977 e 1982, foram produzidas no âmbito da comunidade de informações e difundidas entre os seus órgãos pelo SNI.⁵⁷

Ao longo dos anos 1960, por um lado, os militares investiram na instalação do aparato ditatorial, acompanhada de uma escalada vertiginosa da repressão – as torturas e os desaparecimentos, a extinção dos direitos civis, o fim da liberdade de expressão, o exílio, a edição do famigerado AI-5 etc. Por outro, no mesmo período estava em andamento a chamada revolução sexual, que promovia profundas transformações nas relações de gênero. A vasta produção historiográfica sobre o tema aponta para os impactos do acesso a melhores condições de trabalho, certa liberalização dos costumes, o advento dos anticoncepcionais, entre outros.⁵⁸

Segundo o brasileiro Benjamin Cowan, a partir dos anos 1970 houve uma redefinição da noção de inimigo interno, um dos pilares da DSN, fundamentada no anticomunismo profundamente moralista. Com a derrota militar e política das guerrilhas, a luta armada deixou de representar o principal inimigo da ditadura, de modo que a figura do guerrilheiro foi sendo partilhada com a de personagens mais difusos. Paralelamente, militares e civis alinhados ao

Guerra (ESG), os militares estavam profundamente influenciados pela noção de “defesa nacional”. No país, a DSN postulou a necessidade da defesa territorial, do progresso da nação, da centralização política e da urgência de combater o comunismo. Assim, esta forneceu o conteúdo ideológico para a realização do plano político dos militares. Cf. FERREIRA, Luciano. “Os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e a sua implementação no Brasil”. *Novatio Iuris* [online], v. 4, n. 2, ago.-dez. 2012, p. 21-33. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/5260>. Acesso em: 20 ago. 2020.

⁵⁶ MARCELINO, Douglas. **Subversivos e pornográficos**: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011, p. 213-214.

⁵⁷ Na ampla pesquisa documental que empreendi, encontrei, no total, cerca de 90 registros referentes ao lesbianismo – desde relatórios de investigação da polícia federal até pareceres censórios de músicas, obras de teatros e filmes.[#] A busca foi realizada principalmente a partir de palavras-chaves (como lesbianismo, homossexualismo, inversão sexual etc.) nos fundos disponíveis no acervo digital do Arquivo Nacional. O acesso é permitido por meio de cadastro no SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional, disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>.

⁵⁸ Muitas historiadoras já se debruçaram sobre o tema, como Joana Maria Pedro, Raquel Soihet, Céli Regina Pinto, Margareth Rago, entre outras.

regime preocupavam-se cada vez mais com a “crise moral” que estaria destruindo os pilares da civilização cristã e ocidental da sociedade brasileira.⁵⁹

Assim, esta percepção motivou uma série de pânico morais e ansiedades sociais dos setores mais conservadores, revigorando disputas no terreno da sexualidade e do comportamento. Diante deste quadro, subversão e comunismo foram cada vez mais sendo identificados com sexualidade desviante, uso de drogas, delinquência e patologia. Produzidos e reiterados por militares, médicos, jornalistas e intelectuais de direita, três elementos foram conectados: sexualidade, subversão e juventude, fabricando um inimigo interno em termos moralistas e heteronormativos. Como argumenta Gayle Rubin, em períodos históricos de intensos conflitos sócio-políticos, a sexualidade costuma ser mais nitidamente contestada e excessivamente politizada. Sendo assim, transforma-se em terreno fértil para avanços conservadores e repositório de ansiedades sociais. Isso permite, por exemplo, que seja mobilizada politicamente para aprovação de leis que ferem as liberdades civis.⁶⁰

Neste contexto, no final dos anos 1970, a comunidade de informações realizou uma investigação sobre Maria Adísia, jornalista e sindicalista cearense que havia pedido autorização para realizar uma viagem ao exterior a fim de participar de um curso sobre educação de adultos. Na rotina dos órgãos de espionagem, após a coleta de informações e documentos, produziam-se relatórios que apresentavam um panorama geral sobre o tema e sistematizavam os dados. A “informação”, ou seja, o conjunto final destes papéis, era enviada para órgãos vinculados àquele que a havia produzido – é comum encontrar, neste tipo de documentação, uma solicitação de “ampla difusão” por parte de quem expede o informe.

A “informação” sobre Maria Adísia foi endereçada ao ministro do trabalho Arnaldo Costa Prieto em 1978 e nela constam os “graves registros referentes” que levaram os relatores a “contra-indicar” sua participação no curso.⁶¹ Nela também encontra-se a correspondência entre o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará, Sabino de Carvalho, e o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade, Alceu Portocarrero, a respeito do caso. Eles debatem sobre os motivos da proibição, as implicações para o jornalismo e as providências cabíveis diante daquela situação. Carvalho

⁵⁹ COWAN, Benjamin. **Securing sex**: morality and repression in the making of Cold War Brazil. University of North Carolina Press, 2016, p. 73.

⁶⁰ RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle e HALPERIN, David (eds.). **The Lesbian and Gay Studies Reader**. Nova York: Routledge, 1993, pp. 143-145.

⁶¹ Outras três sindicalistas brasileiras também foram indicadas a participar, mas as fontes não nos permitiram saber se obtiveram autorização, pois somente o nome de Maria Adísia é mencionado.

afirma que a Federação solicitou maiores detalhes ao Ministério do Trabalho, mas a resposta obtida o levou à conclusão de que dificilmente são tornadas públicas as “razões de fato” em “casos dessa natureza”.⁶²

Efetivamente, os “graves registros” sobre Maria Adísia, mencionados nos relatórios, incluem o exercício do cargo de diretora do sindicato dos jornalistas, sua participação em uma chapa supostamente comunista, que concorreu a eleições sindicais, e sua atuação como professora assistente na Universidade Federal do Ceará. Na última página desta “informação”, o anexo I – único não mencionado na página de abertura nem ao longo do relatório – parece sintetizar os motivos do veto:

Foi contra-indicada, pela AC/SNI, em 1977, para ocupar cargo no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará; em 1976, para Diretora do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará e, em 1971, para exercer cargo junto ao Governo do Estado do Ceará.

Possui inequívoca posição esquerdista e contrária à Revolução de Março de 1964, caracterizada principalmente em seus artigos jornalísticos.

Portadora de **anomalia sexual** (lesbianismo).⁶³

Vale destacar que a terminologia utilizada a respeito do “lesbianismo” – “anomalia sexual” –, um dos impeditivos para a viagem de Maria Adísia, remete ao campo das teorias médicas, sobretudo da sexologia e da psiquiatria, que se conceberam a partir da segunda metade do século XIX. No contexto da virada do século, a ciência médica produziu as noções modernas sobre a sexualidade, substituindo o pecado pela doença, anormalidade e perversão, segundo Michel Foucault.⁶⁴ Desta forma, médicos se erigiram como detentores da verdade sobre os sujeitos, engendrando categorias classificatórias e possibilidades de tratamento (que visavam à cura ou correção), promovendo, ao mesmo tempo, a exclusão e estigmatização de todas aquelas pessoas consideradas desviantes ou anormais.

Rosanna Fiocchetto, ativista lésbica italiana e estudiosa das teses médicas europeias, afiança que o seu surgimento significou um “novo terrorismo” para as lésbicas.⁶⁵ Fundamentada em uma concepção organicista, a ciência médica, no final do século XIX, estava empenhada

⁶² Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, Viagem de sindicalista ao exterior, 20 de junho de 1978, p. 12-13, código br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_78112928_d0001de0001, negrito nosso.

⁶³ Idem, p. 18.

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

⁶⁵ FIOCCHETTO, Rosana. **La amante celeste**: la destrucción científica de la lesbiana. Madrid: Horas y Horas, 1987, p. 1. Tradução de: LIS - Lesbianas Independientes Feministas Socialistas. Disponível em: <http://www.caladona.org/wp-content/pujats/2017/09/rosanna-fiocchetto-la-amante-celeste-cap-1-2-3-y-5.pdf>.

Acesso em: 03 set. 2020.

em “comprovar” a existência de um desequilíbrio psíquico congênito como origem de uma perversão instintiva. Segundo a autora, isso se relaciona ao fato de que os médicos não encontravam elementos suficientes para definir a patologia, dado que suas “pacientes”⁶⁶ não demonstravam sintomas visíveis de nenhuma doença psíquica.⁶⁷ Sendo assim, apelaram à construção de categorias (perversão, anormalidade, inversão) capazes de atrelar a suposta anormalidade ao corpo, mobilizando a fisiologia e a anatomia para seus objetivos. Exemplo disso foram estudos que “asseguravam” a existência de clitóris enormes nas “pervertidas sexuais”. A profusão de estudos publicados aponta para a grande capacidade de intervenção no debate público que esses médicos prontamente alcançaram – somente na Alemanha, entre 1898 e 1908, foram produzidas mais de mil obras dedicadas ao tema da homossexualidade.⁶⁸ Adiante, analiso o pensamento de dois psiquiatras europeus que foram fundamentais na consolidação da ciência sexual.

Richard von Krafft-Ebing, considerado o “pai da sexologia”, publicou na Alemanha, em 1886, a obra *Psychopathia Sexualis*, na qual categorizou uma série de perversões como o “homossexualismo”, a necrofilia e o sadismo, para mencionar alguns exemplos. Para o psiquiatra alemão, o “lesbianismo” se configurava como uma inversão sexual congênita, acompanhada, por vezes, de sinais que demonstravam degeneração. Esta condição significava que as anormalidades do instinto sexual eram inatas, constituindo uma característica dos indivíduos que era resultante de problemas hereditários e da neurose.⁶⁹ Assim, o médico considerava a inversão sexual uma manifestação de um estado psicopático, transformando a lesbianidade (assim como a homossexualidade) num transtorno psiquiátrico.

Influenciado pela obra de Krafft-Ebing, Havelock Ellis publicou na Inglaterra, em 1897, *Studies in the Psychology of Sex: Sexual Inversion*, endossando a perspectiva do “lesbianismo” como uma “anomalia congênita que deve ser classificada com outras anormalidades que possuem concomitantes psíquicos. No mínimo, essa anormalidade congênita geralmente existe como predisposição à inversão”.⁷⁰ Ademais, mulheres saudáveis (heterossexuais), na perspectiva de Ellis, ao se depararem com a oportunidade de se relacionarem com homens,

⁶⁶ Utilizo o termo entre aspas por compreender que muitas mulheres que figuram nos estudos produzidos por essas gerações de médicos tornaram-se pacientes à força, além de terem sido submetidas a verdadeiras torturas como forma de “tratamento médico”, a exemplo da cliterodectomia e da queima à ferro da vulva.

⁶⁷ FIOCHETTO, 1987, *Op. Cit.*, p. 6.

⁶⁸ FIOCHETTO, 1987, *Op. Cit.*, p. 6.

⁶⁹ KRAFFT-EBING, Richard von. *Psychopathia Sexualis*. Nova York: Rebman Company, 1906 [1886]. Tradução de: J. F. Rebman.

⁷⁰ ELLIS, Havelock. *Studies in the Psychology of Sex: sexual inversion*. Filadélfia: F. A. Davis Company, 1915 [1897], 2v, p. 322.

trariam à tona seus “instintos normais”. Desta forma, o autor diferencia a “verdadeira invertida” da “pseudo-homossexual”, sobretudo a partir dos traços marcadamente masculinos da primeira, expressos por meio de roupas, comportamentos e, não raramente, da indiferença aos homens.⁷¹ Como veremos adiante, esta tese continuou exercendo influência em como a maioria das lésbicas são percebidas socialmente.⁷²

Vale lembrar que a construção das teorias médicas, ao longo do século XIX, se fundamentou na histerização do corpo das mulheres, desqualificando-o como um corpo impregnado de excessiva sexualidade. De acordo com Magali Engel, a perspectiva médica focalizava o diagnóstico de mulheres na esfera da natureza e da sexualidade. O casamento e a maternidade seriam capazes de prevenir e até mesmo de curar os distúrbios psíquicos relacionados à sexualidade e fisiologia femininas.⁷³ Neste sentido, segundo Fabíola Rohden, as “diferenças biológicas diagnosticadas pelos cientistas passam a oferecer a base para que pensadores sociais dissertem sobre as diferenças inatas entre homens e mulheres e a consequente necessidade de diferenciações sociais”.⁷⁴ Assim, postulando a diferença sexual, as teorias médicas se erigiram naturalizando a heterossexualidade, a partir da patologização de seu oposto perverso e anormal.

A invenção do “homossexualismo”/“lesbianismo” foi contemporânea ao enraizamento, no pensamento médico, das concepções organicistas relacionadas com a “raça”.⁷⁵ O racismo científico, produto colonial do século XIX, buscava construir uma justificativa biológica para a suposta existência de raças superiores e inferiores. Sobre a questão, Tania Saunders argumenta que a coexistência de ambos movimentos científicos, unida às heranças coloniais, permitiu a

⁷¹ Idem, p. 222.

⁷² De acordo com a historiadora norte-americana Lillian Faderman, a partir das obras desses dois sexólogos europeus, Krafft-Ebing e Ellis, o século XX construiu seu estigma sobre o lesbianidade. Apesar das transformações no campo dos saberes médicos, manteve-se a ideia-força de que lésbicas são anormais. Para Faderman, a teoria freudiana substituiu as teses do século XIX, pois Freud entendia a “inversão sexual” das mulheres como resultado da falência do desenvolvimento normal de uma criança. Por exemplo, em *A psicogênese de um caso de homossexualismo em uma mulher* (1905), estudo sobre o caso uma jovem de 18 anos, Freud analisa como as relações familiares interferiram no “desenvolvimento saudável” da sexualidade da jovem. À luz da teoria da inveja do pênis, Freud considera que uma série de frustrações e desejos de vingança transformam-na em homossexual. Cf. FADERMAN, Lillian. **Surpassing the love of men: romantic friendship and love between women from the Renaissance to the present.** New York: Quill, 1981, p. 314-323. FREUD, Sigmund. **A psicogênese de um caso de homossexualismo em uma mulher.** Tradução de: Centro de Estudos Psicanalíticos. Disponível em: <http://centropsicanalise.com.br/wp-content/uploads/2012/07/Aula-05-06-e-07-FREUD-S.-A-Psicog%C3%AAnese-de-um-caso-de-homossexualismo-numa-mulher.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

⁷³ ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade.* In: DEL PIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997, p. 332-333.

⁷⁴ ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, p. 33.

⁷⁵ Utilizo o termo entre aspas para fazer referência às concepções médicas em voga, que postulavam existência de “raças” humanas, no sentido biológico. Não se trata, neste caso, de entender a raça como uma categoria sociológica, construída histórica e socialmente.

criação de um grupo sexual generificado e sexualizado/racializado. Os corpos de mulheres negras foram manipulados pela ciência médica para definir o que era o não-humano e o invertido sexual.⁷⁶ A autora chama a atenção para a influência dos estudos sobre “raça” nas teorias sobre a sexualidade, mostrando que a figura do/a “invertido/a” foi racializada pela medicina, a partir da marcação racial de certos atos sexuais, considerados perversos e passíveis de serem lidos no corpo. Por isso, a heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade “são, ambos, sistemas políticos racializados, imbuídos de colonialidade”.⁷⁷ Saunders conclui que:

A literatura racista científica e a literatura sexológica frequentemente se cruzam na descrição do não-humano e do perverso. Ou seja, em vez de optar por dissecar primariamente os corpos dos homens em um esforço para classificar negros e invertidos sexuais (é importante notar aqui que o invertido originalmente se referia ao desejo sexual interracial, mas acabou por representar a homossexualidade), os corpos de mulheres eram o foco principal, particularmente os corpos de mulheres negras, já que mulheres negras encarnaram o absoluto não-humano: ela incorporou a feminilidade e foi racializada na convergência de duas categorias que marcam pessoas, em primeiro lugar, como outro tipo de humano via a diferenciação genital/genitália feminina, e segundo através da racialização em que ela é inscrita firmemente na categoria do não-humano (ou seja, o fato da negritude ser a marca da perversão absoluta que a coloca fora do escopo da humanidade). Além disso, as primeiras descrições de lésbicas eram de mulheres racializadas. [...] A *coisa* que conectou mulheres negras e lésbicas era o imaginário de que ambas possuíam clitóris grandes.⁷⁸

Essas concepções circularam no Brasil no início do século XX, a partir das proposições de cientistas e médicos ligados a movimentos eugênicos, interpretadas à luz das heranças escravocratas e em meio às tensões políticas e sociais no contexto do pós-abolição.⁷⁹ De acordo com Maria Clementina Pereira Cunha, a medicina mental que ganhou corpo dos anos 1920 e 1930 esteve enfocada na perspectiva preventista da “higiene mental” e a prática médica estava voltada para a “regeneração moral” daqueles que eram considerados perigosos, loucos e

⁷⁶ SAUNDERS, Tania. “Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária”. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 7, maio-out. 2017, p. 105-106. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22275/14304>. Acesso: em 10 ago. 2020.

⁷⁷ Idem, p. 110.

⁷⁸ Idem, p. 109, grifo do original.

⁷⁹ A eugenia, enquanto teoria científica que informou práticas e sanitárias, surgiu no final do século XIX na Europa. Defendendo a existência de raças superiores e inferiores a partir de pressupostos biológicos e organicistas, propunha o “melhoramento” da raça. No enquadramento teórico da eugenia, indivíduos com comportamentos “desviantes” da norma social eram considerados “degenerados”.

rebeldes no espaço urbano. Segundo a autora, a medicina contribuiu para a criminalização desses sujeitos por meio da sua patologização.⁸⁰

Se, na perspectiva da comunidade de informações, Maria Adísia era “portadora” de uma “anomalia sexual”, infere-se que seu suposto “lesbianismo” tenha sido compreendido como um problema congênito, algo que ela carregava no corpo. A própria noção de “anomalia” possui uma conotação de doença e desvio, ao sabor das teorias médicas do final do século XIX. O “lesbianismo” parece ter sido um agravante que se somava à acusação sobre as convicções políticas de esquerda da jornalista, constituindo mais um impeditivo para a sua participação no curso. De certa maneira, o “lesbianismo”, mencionado ao final da lista de “graves indícios” referentes à militante, parece ser mais um indicativo da sua atitude subversiva. Uma prova a mais de que aquela mulher deveria ser considerada perigosa.

Em 1976, a Divisão de Informações da Superintendência Regional do Estado do Paraná realizou uma investigação sobre um campo de treinamento de guerrilheiros naquele estado, produzindo um relatório que foi encaminhado ao Departamento de Polícia Federal em setembro de 1981. A partir das “declarações” de um “informante”, encontram-se dados sobre uma suposta organização subversiva (não identificada), o local onde estava instalada e as pessoas que a integravam. Dez indivíduos (três mulheres e sete homens) foram identificados em um relatório que descrevia informações familiares, residenciais, profissionais e acerca das atividades exercidas dentro ou em prol da organização.⁸¹

Dentre essas pessoas estava Loreta, uma das mulheres suspeitas “por suas ligações”, sobre quem acreditava-se que tivesse realizado treinamento militar. Também se adverte que ela já havia sido detida anos antes para averiguar sua participação em venda de drogas. Abaixo do primeiro parágrafo, sobre suas informações pessoais, lê-se:

- A nominada, **lésbica ativa** – “**fanchona**” –, viciada e distribuidora de tóxicos em Porto Alegre/RS.
- A nominada, em 13/05/76, foi detida pela DRE/SR/DPF/RS para apurar envolvimento com tóxicos [...].
- A nominada, por suas ligações, é suspeita de pertencer a uma ORGANIZAÇÃO SUBVERSIVA que teria realizado treinamentos [de] tipo militar, preparatórios para guerrilhas, em localidade próxima a estrada que liga Porto Alegre/Taquara.⁸²

⁸⁰ CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 112.

⁸¹ Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, “Campo de treinamento de guerrilheiros”, 23 de setembro de 1981, código BR_DFANBSB_ZD_0_0_0001A_0086_d0001de0001.

⁸² Idem, p. 6, grifos nossos.

Também se desconfiava que a militante tivesse tido contato com guerrilheiros de países vizinhos por meio de Vera, outra militante da organização, que possui o “mesmo endereço onde residia a lésbica ativa Loreta”.⁸³ Trata-se de um mecanismo de produção da suspeita⁸⁴: uma suposta rede de contatos cujo elo parecem ser Loreta e Vera, esta última alvo de desconfiança por residir no mesmo endereço que uma “lésbica ativa” – logo, talvez ela também fosse lésbica.

No primeiro momento, Loreta foi identificada como lésbica e drogada, elementos que, por si só, a transformavam em uma mulher suspeita. Como no relatório a respeito de Maria Adísia, o “lesbianismo” parece configurar um indício a mais de subversão. Porém, Loreta foi identificada como um tipo específico: “lésbica ativa”, termo que remonta às categorizações de Havelock Ellis. “Fanchona” parece, por sua vez, reforçar os aspectos considerados masculinos a respeito da conduta de Loreta – trata-se de um vocábulo disseminado socialmente para referir-se a lésbicas pouco feminilizadas. Portanto, tal classificação deve ter sido motivada pela percepção de certa masculinidade no comportamento de Loreta.

De acordo com a historiadora Ana Maria Colling, as militantes, por terem ocupado um lugar considerado estritamente masculino, sobretudo na luta armada, não foram exatamente vistas como mulheres pelos militares. Considerando que elas não correspondiam ao modelo histórico da feminilidade burguesa, foram percebidas como “um desvio de mulher”. A autora afirma que ora as militantes foram tidas como prostitutas à procura de homens, já que os partidos políticos constituíam espaços de atuação masculina, ora como lésbicas, ocupando espaços masculinos.⁸⁵ Independentemente de ter assumido ou não um cargo de liderança, Loreta parece ter cumprido um papel importante na organização, ao ser a pessoa que mantinha contatos com o exterior.

Ao mesmo tempo, as lésbicas têm sido historicamente associadas à masculinidade ou à falta da feminilidade. À medida que as teorias médicas classificaram o “lesbianismo”, lésbicas foram representadas como mulheres masculinizadas. Diante disso, Ana Maria Brandão argumenta que, se as lésbicas são vistas como objetos de consumo impróprio para homens, aquelas consideradas “masculinas” têm sido concebidas como uma falha constitutiva deste

⁸³ Idem, p. 8.

⁸⁴ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. “A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011. Acesso em: 01 set. 2020.

⁸⁵ COLLING, Ana Maria. “50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero”. *Opsis*, Catalão, v. 15, n. 2, 2015, p. 378-379. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33836>. Acesso em: 20 out. 2019.

grupo social.⁸⁶ Portanto, Loreta e Maria Adísia eram alvos de dupla suspeita: por um lado, eram militantes, enquadrando-se na categoria de “subversivas”; por outro, foram vistas como lésbicas, contrariando as normas morais e sexuais que eram defendidas pelo regime militar.

Entre as teses dos psiquiatras europeus e as informações produzidas por agentes da repressão na ditadura brasileira há quase um século de distância. Contudo, podemos traçar as permanências de toda uma tradição do campo da ciência médica a respeito do comportamento e da sexualidade, por meio da análise dos discursos. Vale ressaltar que esta tradição foi fundada, em meados do século XIX, pela teoria da degenerescência. Esta teoria postula que as “patologias sociais” – a loucura, o crime, a prostituição, a homossexualidade – se originam na degeneração dos indivíduos, transmitidas hereditariamente. Assim, a teoria da degenerescência orientou as práticas da medicina social no sentido da disciplinarização e higienização. Césare Lombroso, expoente desse campo, desenvolveu, por exemplo, uma tipologia dos criminosos natos que serviu de modelo para a criminologia e a psiquiatria.⁸⁷

A proximidade terminológica entre os documentos da comunidade de informações e as obras médicas aponta para o fato de que as concepções do século XIX continuavam a informar a visão de mundo das autoridades brasileiras no último quartel do século seguinte. Assim, pode-se compreender que, durante a ditadura brasileira, se produziram diversas representações a respeito do “lesbianismo”, marcadamente estigmatizantes. Informadas por uma matriz multifacetada a respeito da subversão política, do comportamento e da sexualidade, essas representações impactaram o cotidiano das lésbicas ao mesmo tempo em que criaram um imaginário sobre o que é ser lésbica.

Na perspectiva de ideólogos e agentes do regime, a dissolução moral da juventude e a destruição da família compunham a estratégia do chamado movimento comunista internacional, que também atuaria por meio de uma guerra psicológica. A Escola Superior de Guerra (ESG) foi o espaço onde a coalizão civil-militar definiu as bases ideológicas tanto do golpe de 1964 quanto do regime que se instaurava. Ali, um grupo de consultores – principalmente psiquiatras, clérigos, juristas e militares – produziu, justificou e legitimou o pânico moral dos setores conservadores. Por meio de cursos e palestras, estas autoridades conceberam a subversão comunista como uma patologia sexual, psicossocial e psicológica.⁸⁸

⁸⁶ BRANDÃO, Ana Maria. “Da sodomita à lésbica: o gênero nas representações do homo-erotismo feminino”. *Análise Social* [online], v. 45, n. 195, 2010, p. 324. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n195/n195a04.pdf>. Acesso em: 03 out. 2019.

⁸⁷ RAGO, Margareth. “O corpo exótico, espetáculo da diferença”. *Labrys* [online], v. 13, jan.-jun. 2008, s/p. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys13/perspectivas/marga.htm>. Acesso em: 01 set. 2020.

⁸⁸ COWAN, 2016, *Op. Cit.*, p. 113.

Ana Rita Fonteles Duarte, ao analisar o *Manual Básico* da ESG, pergunta sobre o lugar que as relações de gênero ocuparam na elaboração do projeto da DSN. A historiadora argumenta que as mudanças culturais e sociais vivenciadas nos anos 1960 e 1970 impactaram o pensamento militar no sentido de reorganizar o enfrentamento do que consideravam uma “crise moral” da sociedade por meio de “estratégias psicossociais”. Trata-se da necessidade de combater condutas morais e sexuais indesejadas e consideradas degradantes socialmente.⁸⁹ Assim, a família, a educação e os papéis sexuais foram componentes centrais, mobilizados para a construção da legitimidade da ditadura civil-militar. Duarte afirma, neste sentido, que

Reformulação e endurecimento da legislação penal a fim de proteger a família ameaçada, divulgação pelos meios de comunicação existentes de “valores espirituais e morais da nacionalidade”, criação de medidas legislativas que ampliassem a responsabilidade do casal na criação dos filhos e assistência aos ascendentes reforçariam a “indissociabilidade do casamento”, de acordo com as sugestões de medidas a serem adotadas no campo psicossocial pelo relatório [sobre a questão da família] elaborado em 1975. Uma marca dos trabalhos dessa natureza analisados no acervo da ESG entre os anos de 1969 e 1977 é que embora tragam a preocupação de diagnosticar ou relacionar-se com a realidade presente, mantêm algumas ideias-força presentes como a preocupação da defesa da família e seu lugar como estrutura social fundamental para a garantia da Segurança Nacional.⁹⁰

Portanto, dado que havia uma estreita relação entre subversão sexual e segurança nacional, não surpreende que o “lesbianismo” esteja presente nos relatórios de investigação da comunidade de informações. Em tempos verde-oliva, é possível que as lésbicas fossem percebidas como um alerta à manutenção da segurança nacional, ao desafiarem a naturalidade da heterossexualidade. Segundo a pensadora e ativista lésbica Adrienne Rich, a instituição da heterossexualidade assegura o poder masculino nos âmbitos político, econômico, social e cultural.⁹¹ Assim, o caráter compulsório da heterossexualidade, manifestado por meio do casamento, do amor romântico e da reprodução, constitui uma ferramenta de controle do corpo e da sexualidade das mulheres, a fim de garantir o cumprimento das expectativas e imposições patriarcais a seu respeito. Tendo em vista estes aspectos, as lésbicas parecem se enquadrar na nova figura do subversivo, construída pelo pensamento militar a partir dos anos 1970.

⁸⁹ FONTELES DUARTE, Ana Rita. “Gênero e comportamento a serviço da ditadura militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra”. *Diálogos* [online], v. 18, n.1, jan.-abr. 2014, p. 75-92. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Diologos/article/view/35946>. Acesso em: 20 set. 2019.

⁹⁰ Idem, p. 87.

⁹¹ RICH, Adrienne. “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”. *Revista Bagoas: estudos gays, gênero e sexualidades*, n. 05, 2010, p. 17-44. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 19 ago. 2019.

Entre as parcerias civis e militares no âmbito da ESG, destaca-se a atuação do psiquiatra Antonio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988), amigo de longa data do primeiro general-presidente, Castello Branco. Formado em neuropsiquiatria, Pacheco e Silva trabalhou em importantes hospitais psiquiátricos no começo do século XX: em 1921, tornou-se diretor do Hospital de Juquery⁹² (Franco da Rocha-SP) e em 1929 participou da fundação do Sanatório Pinel⁹³ (Pirituba-SP). Na mesma década, realizou viagens de estudo aos EUA e à Europa, a convite da Fundação Rockefeller, a fim de aprofundar seus conhecimentos médicos. Ademais, atuou ativamente na Liga Brasileira de Higiene Mental, uma das diversas entidades civis que, baseada em princípios eugenistas e na medicina social, se propunha a moralizar a sociedade. Aliás, o Juquery foi sede da Liga Paulista de Higiene Mental, associação fundada pelo próprio Pacheco e Silva.⁹⁴ Ao longo de sua carreira, o psiquiatra tornou-se um expoente das teorias da eugenia e do higienismo no Brasil.⁹⁵

A partir do final da década de 1940, Pacheco e Silva aproximou-se cada vez mais dos militares. Em 1958, foi aluno e conferencista na ESG, tendo recebido diversas medalhas de condecoração militar. Nos anos 1960, ele já havia se tornado um representante internacional do anticomunismo, ao mesmo tempo em que era um dos psiquiatras de maior prestígio do Brasil. Colaborou com a mobilização golpista e foi um dos fundadores da ARENA em 1966.⁹⁶ Durante a ditadura, atuou como um articulador entre os interesses dos militares e dos empresários paulistas.⁹⁷

Nesse contexto, sua produção científica passou por uma reorientação de temas de interesse. O psiquiatra passou a privilegiar temas como a “guerra psicológica” do comunismo, as drogas, os problemas da juventude, a sexualidade e, particularmente, a homossexualidade –

⁹² Para uma discussão sobre essa instituição, cf. CUNHA, Maria Clementina. **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

⁹³ O Pinel foi tema de uma importante tese de doutorado. Cf. COUTO, Rita Cristina Carvalho de Medeiros. **Nos corredores do Pinel: eugenia e psiquiatria**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

⁹⁴ CUNHA, 1986, *Op. Cit.*, p. 167-169.

⁹⁵ Em sua dissertação de mestrado, Vivian Ferreira evidencia que Pacheco e Silva foi um dos responsáveis pela implementação da psiquiatria organicista no Brasil. Sob sua gestão, os hospitais psiquiátricos passaram a aplicar terapias invasivas em seus pacientes, como o eletrochoque, a lobotomia e a insulino-terapia. Cf. FERREIRA, Vivian Carla Garcia. **Infames “Marias”**: prontuários de mulheres do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo (1897-1952). 2020. 143f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

⁹⁶ No contexto do bipartidarismo imposto pelos militares com o fechamento do Congresso, a Aliança Nacional Renovadora (ARENA) foi o partido criado com a finalidade de dar sustentação política à ditadura.

⁹⁷ TARELOW, Gustavo. **Antonio Carlos Pacheco e Silva: psiquiatria e política em uma trajetória singular (1898-1988)**. 2018. 355f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 266-289.

sobretudo no final de sua carreira.⁹⁸ A partir disso, Pacheco e Silva se tornou um dos grandes difusores da ideia de que os comunistas brasileiros estavam promovendo uma estratégia de dominação psicológica da população. Exemplo disso foi o livro *Hippies, Drogas, Sexo, Poluição*, publicado em 1973. A obra apresenta os “desvios sexuais” como ataques políticos, morais e biológicos contra o “ocidente cristão”. Pacheco e Silva buscava denunciar a existência de um “aparato comunista” que combinava “dissolução de costumes” e “degradação da família”:

[O] Problema que era no passado da alçada exclusiva das forças armadas, passou ultimamente a exigir o concurso não só de elementos militares, mas também de civis, dado que as armas utilizadas na guerra moderna não visam tão somente a destruição material e a conquista do território inimigo, mas sobretudo o aniquilamento moral do adversário, para derrotá-lo sem que haja derramamento de sangue. Fala-se, assim, até mesmo de uma guerra sem lágrimas. (...) A luta contra a dissolução dos costumes, contra a degradação da família, a corrupção, a subversão e a disseminação das toxicomanias, se impõe, assim, para a salvaguarda da soberania de uma nação.⁹⁹

Ainda no livro, após reconhecer as obras de Krafft-Ebing e Havelock Ellis como grandes contribuições de cunho “eminente científico”, Pacheco e Silva aborda o tema da sexualidade:

É também insofismável que os povos que alcançaram o mais alto grau de civilização e de estabilidade social foram os que mais se preocuparam com a moral sexual, procurando preservar o sexo de todas as aberrações, pelo combate à promiscuidade e aos maus costumes, pelo respeito à castidade, à virgindade, ao pudor, à decência, à fidelidade conjugal, às relações sexuais normais.¹⁰⁰

A trajetória do psiquiatra é ilustrativa das alianças entre a ciência médica e o poder político. Os intelectuais e as autoridades da ESG produziram, no decorrer dos anos 1970, uma nova figura do subversivo, a partir de uma matriz que conjugava imoralidade, perversão, degeneração e sexualidade desviante. Informada pela teoria eugenista do século XIX, a elite intelectual da ESG passou a argumentar que a defesa da segurança nacional implicava na revitalização moral da sociedade brasileira. Para tanto, seria necessário intervir nos papéis sexuais e na sexualidade, “recuperar” a centralidade da família e combater a corrupção moral da juventude. Toda uma tradição do campo médico, portanto, sustentou a categorização,

⁹⁸ Idem, p. 285-289.

⁹⁹ PACHECO E SILVA, Antonio Carlos. **Hippies, Drogas, Sexo, Poluição**. São Paulo: Martins, 1973, p. 45.

¹⁰⁰ Idem, p. 49.

realizada por agentes do regime, de Loreta como “lésbica ativa” e Maria Adísia como “portadora de anomalia sexual”.

O uso da psiquiatria para práticas repressivas de governos autoritários possui sua própria história de violência ao longo do século XX.¹⁰¹ No Brasil, é sabido que médicos e psiquiatras acompanhavam as sessões de tortura durante a ditadura militar, participando como médicos assistentes. Mas a sua presença foi além: as instalações de hospitais psiquiátricos e manicômios foram utilizadas para a tortura, como no caso do Manicômio de Franco da Rocha (antigo Juquery).¹⁰² A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” debateu em audiências públicas o papel de instituições e profissionais de saúde mental da ditadura militar, constando que houve diversas internações psiquiátricas, inclusive de militantes políticos.¹⁰³ De acordo com Maria Izabel Sanches Costa:

Posteriormente, após o golpe militar e sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, o Manicômio de Franco da Rocha tornou-se um importante instrumento de repressão política. Foi utilizado para fins prisionais segundo interesses do então regime político vigente, a ponto de se tornar um depósito de loucos em meio à miséria e ao esquecimento. A superlotação passou a fazer parte da instituição no momento em que começou a ser utilizada pelos militares como local de internação de quem resistisse ao projeto de sociedade ou discordasse do regime, transformando-se em uma verdadeira prisão de presos políticos, doentes mentais e outros indesejados. [...] Há relatos de casos em que militantes políticos eram usados como cobaias para experimentos psiquiátricos, criando-se o estigma de campo de concentração da ditadura militar.¹⁰⁴

Assim, as instituições psiquiátricas tornaram-se grandes aliadas do Estado ditatorial para a manutenção do controle social e exclusão dos sujeitos considerados “subversivos”. Nesse contexto, considerando o lugar ocupado pelo “lesbianismo” na literatura médica e nos relatórios de investigação, me pergunto se as lésbicas também não teriam sido impactadas pela atuação das instituições psiquiátricas no período. Com essa inquietação, busquei abordar o tema nas

¹⁰¹ Exemplo disso foram os experimentos médicos e as torturas realizadas com gays e lésbicas durante os regimes nazifascistas na Alemanha e na Itália – a castração, a lobotomia e o uso abusivo de hormônios constam entre as práticas violentas utilizadas. Para uma história sobre o lesbianismo durante a primeira metade do séc. XX na Itália, ver: MILLETTI, Narina; PASSERINI, Luisa (orgs.). *Fuori della norma. Storie lesbiche nell'Italia della prima metà del Novecento*. Turim: Rosenberg & Sellier, 2007.

¹⁰² SAKAGUCHI, Douglas; MARCOLAN, João Fernando. “A história desvelada no Juquery: assistência psiquiátrica intramuros na ditadura cívico-militar”. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 29, n. 4, jul.-ago. 2016, p. 476-481. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201600065>. Acesso em: 13 set. 2020.

¹⁰³ SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Relatório/Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”**. Tomo I – Parte II – Grupos sociais e movimentos perseguidos ou atingidos pela ditadura. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2015, p. 1217-1228. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap8.html>. Acesso em: 13 set. 2020.

¹⁰⁴ COSTA, Maria Isabel Sanches. “Política de saúde-política de segurança: Manicômio Judiciário, entre o hospital e a prisão”. *Revista do Arquivo*, São Paulo, ano II, n. 5, outubro de 2017, p. 144-160. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/artigo_11.php. Acesso em: 25 set. 2020.

entrevistas realizadas, considerando sua complexidade e a dificuldade em narrar histórias que poderiam ser extremamente dolorosas. Algumas colaboradoras compartilharam memórias a respeito da internação de lésbicas no período. Estas podem ser compreendidas como “memórias subterrâneas”, na esteira das reflexões de Michael Pollak: historicamente silenciadas, são proibidas ou clandestinas, sobrevivendo por via informais. Desta forma, se constituem com diversas “zonas de sombra”, silêncios a respeito da experiência vivida.¹⁰⁵

Yone Lindgren é uma das fundadoras do movimento lésbico no Rio de Janeiro. Em entrevista realizada com a ativista, suas memórias apontam para a presença da autoridade médica na vida das lésbicas durante os anos 1980 – já no contexto da abertura política. Ao recordar casos que acompanhou de perto, a internação em hospitais psiquiátricos parece ter sido, em alguma medida, algo corriqueiro para as lésbicas:

Aqui no Rio de Janeiro, na Casa de Saúde Doutor Eiras, as famílias internavam com a maior facilidade. Não existia ainda esse negócio de plano de saúde, então se a pessoa tinha dinheiro, colocava você lá e dizia que era por causa do sistema nervoso, que era surto. Nós tivemos uma menina no Somos-RJ, inclusive, que ela tinha medo da própria sombra. Ela teve que se casar para sair de dentro da clínica Doutor Eiras. Ela saiu de lá direto para o casamento dela com um primo. Quando ela consegue se separar disso, ela estava sempre na maior paranoia. Mas também tinha muita gente que sumia, o que era pior. Quem era da baixada, da zona oeste, sumia. Sumiam com as pessoas. Aliás, é uma prática até hoje, né? [...]. Então, a gente teve muita gente nossa internada, também no Hospital Colônia de Barbacena. Mandavam muita gente do Rio de Janeiro para lá. Era um hospício que existia em Barbacena [...] e eles ganhavam muito dinheiro vendendo corpos para as faculdades de medicina e as famílias não queriam saber para onde tinha ido o corpo mesmo.¹⁰⁶

A narrativa de Yone é exemplar da presença cotidiana das instituições psiquiátricas, em que a internação aparece como memória relativamente comum. Fundada no início da década de 1960, a Casa de Saúde Dr. Eiras contava com uma filial exclusivamente psiquiátrica em Paracambi, zona rural do Rio de Janeiro, que recebia pacientes com “problemas crônicos”, “sem possibilidades terapêuticas” e que permaneciam internados durante toda a sua vida.¹⁰⁷ Foi fechada definitivamente somente em 2012. Por sua vez, do Hospital Colônia de Barbacena, inaugurado em 1903, sabe-se que 70% das pessoas internadas não possuíam registro de doença

¹⁰⁵ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

¹⁰⁶ Entrevista com Yone Lindgren, realizada em 27 de abril de 2020.

¹⁰⁷ LAPPIS. “Um pouco de história: saúde mental já foi o ‘sustento’ do Município de Paracambi”. Disponível em: <https://lappis.org.br/site/um-pouco-de-historia-saude-mental-ja-foi-o-sustento-do-municipio-de-paracambi/2530>. Acesso em: 20 ago. 2019.

mental – eram indivíduos indesejados pela sociedade.¹⁰⁸ Conhecido pelos maus tratos dados aos pacientes (como a terapia de eletrochoque) e pelas condições inumanas do local, Barbacena foi fechado somente nos anos 1980.

O caso da parceira de militância de Yone parece-nos sintomático da necessidade de imposição do casamento para a manutenção das mulheres dentro dos rígidos limites estabelecidos pelas normas patriarcais. O constante reforço da heterossexualidade para as mulheres implica, conseqüentemente, o apagamento – material e simbólico – da existência lésbica: a amiga de Yone saiu do hospital psiquiátrico “direto para o casamento”. Neste caso, trata-se tanto da correção como da negação de uma existência, apagada primeiro pelos tratamentos psiquiátricos¹⁰⁹ e posteriormente pela obrigatoriedade do casamento heterossexual. Uma série de ferramentas que pretendiam eliminar um modo de vida tão desafiador às normas sociais e ao regime político imposto a partir de 1964.

A internação forçada de lésbicas em hospitais psiquiátricos possui uma longa trajetória. Em seu estudo sobre o Hospital do Juquery, Maria Clementina Cunha analisou o prontuário de diversas mulheres internadas devido a sua “perversão sexual”. Segundo a autora, na perspectiva da medicina eugênica, essas manifestações da sexualidade “devem ser psiquiatrizadas, posto que são entendidas como uma ameaça latente à sociedade e ao ‘progresso’”.¹¹⁰ Certamente, investigações com prontuários médicos de hospitais psiquiátricos que tomassem o “lesbianismo” como categoria de análise elucidariam dados mais consistentes sobre essa história de apagamento social da lesbianidade por meio da internação psiquiátrica.

Outra “memória subterrânea” foi a de Rose Abreu, lésbica militante de esquerda. Nascida em 1967 em Valinhos, no interior de São Paulo, Rose viveu sua adolescência nos anos da abertura política do regime militar. Oriunda de uma família de classe média baixa, seu pai trabalhava como enfermeiro em um hospital público e sua mãe era dona de casa. Em 1984, após completar quinze anos, ela decidiu contar para os pais que se considerava lésbica “como se realmente fosse uma coisa normal, porque eu não achava que era diferente de ser normal”.¹¹¹ Ao contrário do que havia imaginado, ela foi levada a uma psiquiatra, que receitou

¹⁰⁸ ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013, p. 14-15.

¹⁰⁹ É possível que o tratamento tenha envolvido medicalização severa e terapia de eletrochoque. Na bibliografia consultada sobre os hospitais psiquiátricos no Brasil, a eletroterapia desponta como uma técnica de tratamento bastante comum. Somente em 2012 a eletroterapia passou a ser mais rigorosamente regulada no país, quando o Conselho Federal de Medicina estabeleceu regras específicas para a adoção da técnica, como a necessidade de aplicar anestesia geral. Cf. ARBEX, 2013, *Op. Cit.*, p. 32.

¹¹⁰ CUNHA, 1986, *Op. Cit.*, p. 159.

¹¹¹ Entrevista com Rose Abreu, realizada em 16 de dezembro de 2019.

medicamentos para sua jovem paciente. Em sua narrativa, a experiência com as práticas médicas foi profundamente dolorosa:

Quando eu contei, eu tive que ir ao médico, foi onde eles me levaram, mesmo porque meu pai era enfermeiro, conhecia todo mundo do hospital, aí ele me levou numa médica psiquiatra. Aí começou a tortura, até então eu também não sabia que ia ser uma tortura. Eu já tinha uma série de dificuldades dentro da escola, porque eu sempre fui uma pessoa mais rebelde. E era uma época de final da ditadura militar, então as escolas estavam construindo os grêmios estudantis, tinha toda essa questão e eu já tinha uma militância política. Isso piorava muito, né? Eu comecei a ir ao psiquiatra com 15 anos e eu não sabia o que eu tinha que falar e aquilo era muito assustador. Teve sessões que eu só chorava o tempo inteiro, porque eu não entendia o que estava acontecendo, porque aí eu já achava que provavelmente eu tinha alguma coisa, que eu era doente. Já achava que eu era o problema. Eu ficava nervosa, chorava, isso piorava minha situação de rebeldia, então eu tomava muita medicação. Foi quando a médica resolveu que eu tinha que tomar medicação, isso foi o que acabou com tudo, porque com a medicação eu acabei ficando uma outra pessoa. E aí era uma abertura de porta para drogas, eu comecei a gostar daquela medicação, porque dava uma sossegada. Nessa época, as medicações atuavam como uma droga, te deixavam num barato [...]. A medicação atrapalhou demais a minha vida toda.¹¹²

O relato de Rose aponta para as condições políticas e sociais que permitiram que uma adolescente fosse internada por ser “rebelde demais” – a ditadura militar, a medicalização e a “rebeldia” constituem eixos centrais de sua narrativa. Se sua rebeldia se expressava na sua militância e nos conflitos escolares, nomear-se lésbica foi um agravante definitivo, inaceitável para a moralidade conservadora dos anos 1980. Rose começou a ser medicada três anos antes da homossexualidade deixar de configurar um “desvio e transtorno mental” no Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), autarquia criada pelo regime militar em 1974. Foi necessária muita mobilização política para despatologizar a homossexualidade.¹¹³

Por meio das reflexões realizadas, buscamos evidenciar as confluências entre narrativas culturais, médicas e jurídicas que contribuíram para promover distintas violências contra lésbicas durante a ditadura civil-militar. Narrativas como a de Rose e Yone chamam a atenção para o sofrimento causado pela medicalização e pela internação psiquiátrica. Foram processos vivenciados individualmente, mas que deixaram um legado de dor e exclusão para a

¹¹² Entrevista com Rose Abreu, realizada em 16 de dezembro de 2019.

¹¹³ A luta pela despatologização da homossexualidade, empreendida por grupos gays e lésbicos (Grupo Gay da Bahia, Grupo de Ação Lésbica-Feminista, Somos-SP, Somos-RJ, Outra Coisa, entre outros) a partir do começo dos anos 1980, visava à revogação do parágrafo 302 do Código de Saúde do INAMPS. Este, por sua vez, baseava-se na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde. O Grupo Gay da Bahia impulsionou uma campanha nacional com um abaixo-assinado e o debate ganhou espaço nas Assembleias Legislativas, inclusive em São Paulo.

comunidade lésbica. Apesar da despatologização da homossexualidade, lésbicas continuam sendo percebidas como “doentes”.

A análise dos documentos da comunidade de informação, por sua vez, evidencia que o projeto de nação defendido pela ditadura se baseou em intensos investimentos para estigmatizar, marginalizar e excluir todas as pessoas que questionavam o regime, inclusive pelo questionamento às normas e padrões sociais. Especificamente no caso das lésbicas, observamos como política e psiquiatria se combinam, atualizando discursos que promovem a patologização e a repressão sexual.

1.2 Violência policial: onde é seguro ser lésbica?

Na recente historiografia sobre “ditadura e homossexualidades”¹¹⁴, que ganhou fôlego após as audiências públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, da Comissão Nacional da Verdade¹¹⁵ e do lançamento do livro *Ditadura e homossexualidades*, organizado por James Green e Renan Quinalha¹¹⁶, tem-se conferido maior centralidade à repressão policial e à censura contra a população LGBT. Os trabalhos de Luiz Morando, Renan Quinalha, Rafael Ocanha e Rita Colaço Rodrigues foram contribuições centrais, pois historicizaram a atuação do movimento LGBT no Brasil e evidenciaram o cotidiano da violência e do preconceito contra essa população.¹¹⁷ Essas pesquisas focalizaram grupos e militantes majoritariamente homens, como por meio do jornal *Lampião da Esquina*, não tendo

¹¹⁴ O termo “homossexualidades”, utilizado pela historiografia sobre o tema, visa a ser um guarda-chuva para as expressões da sexualidade e do gênero não-normativas. Para os fins deste trabalho, optamos por realizar uma nítida diferenciação entre homossexualidade e lesbianidade, sempre nomeando a quem nos referimos, por considerar a invisibilidade das lésbicas no antigo movimento homossexual e atual movimento LGBT. Inclusive, o deslocamento do “L” para o começo da sigla foi uma luta política das lésbicas, no início dos anos 1990, para visibilizar suas demandas.

¹¹⁵ Houve duas audiências públicas. A primeira, organizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, foi realizada em 26/11/2013 e teve como tema “Ditadura e homossexualidade: a resistência do movimento LGBT”. A segunda, realizada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) com a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” e o Memorial da Resistência, ocorreu em 29/03/2014, com o tema “Ditadura e Homossexualidade no Brasil”.

¹¹⁶ GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e busca da verdade. São Carlos: EdUFSCAR, 2015.

¹¹⁷ MORANDO, Luiz. Se correr o bicho pega... Repressão policial a gays e travestis em Belo Horizonte (1969-1985). In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natalia (orgs.). **A ditadura aconteceu aqui**: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro. São Paulo: Letra e Voz, 2017; OCANHA, Rafael Freitas. **“Amor, feijão, abaixo camburão”**: imprensa, violência e *trottoir* em São Paulo (1979-1983). 2014. 217f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014; RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. **De Daniele a Chrysóstomo**: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. 2013. 371f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013; QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1985). 2017. 329f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.